



Editais nº 1289499
Disponibilização: 22/01/2025
Publicação: 22/01/2025

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Comitê Intersetoria de Política Municipal para a População em Situação de Rua
Rua Libero Badaró, 119, 7º Andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009000
Telefone: 11-2833-4150
PROCESSO 6074.2024/0007299-7

Extrato de Ata SMDHC/CPDDH/CPDSR/COMITEPOPRUA Nº 117900707

São Paulo, 15 de janeiro de 2025.

ATA DA REUNIÃO Nº 46

SUBCOMITÊ PERMANENTE DE ZELADORIA URBANA
18/12/2024

Participantes Governo: Karen Fernanda (SMDHC), Roberta Paulino (SMDHC)

Participantes Sociedade Civil: Adriana Ribeiro, Gisele Abreu, Allan Pozzi

Participantes Organizações Sociais: Cleiton Ferreira (CENTRO DE CONVIVÊNCIA É DE LEI), Aline Oliveira (SMADS).

Às 15h21 do dia 18 de dezembro de 2024, de forma online via plataforma Teams, reuniram-se os presentes a fim de discutirem a pauta do dia.

Karen Fernanda iniciou a reunião pedindo para que Aline Fernanda (SMADS) iniciasse a apresentação e leitura dos relatórios de zeladoria urbana – processo SEI 6024.2022/0002200-4. Aline relata sobre os procedimentos, disposições finais, entrega de relatórios mensais, recebimento de cronograma mensal, intercorrências durante ações de zeladoria urbana, observações, além de encaminhamentos e recomendações. Entrega também de relatórios para 10 SEAS.

Aline também informou sobre o caso de um senhor que residia no Viaduto 9 de Julho, detalhando as ações que foram tomadas para o local, incluindo as providências adotadas para a situação do morador.

Gisele relatou que continuam enfrentando diversas dificuldades em relação ao sistema, especialmente no que tange a Coordenadoria do Pronto Atendimento Social (CPAS). Ela questionou sobre o andamento das denúncias realizadas e, adicionalmente, trouxe a problemática dos módulos da Vila Reencontro, mencionando que ainda existem muitos vazios nessas unidades. Gisele afirmou que, ao entrar em contato com os núcleos responsáveis, foi informada de que não há vagas disponíveis. Informa ainda sobre a questão do SP156 sobre o retorno das denúncias realizadas para o órgão, fala também sobre a falta de acolhimento.

Aline respondeu à Gisele Abreu sobre as demandas e as questões relacionadas às proteções sociais,

esclarecendo que a SMDS é uma secretaria composta por várias coordenações. Aline informou que retornará sobre as denúncias e pontos levantados por Gisele.

Em relação aos protocolos via SP156, Aline explicou que a ideia é que o usuário também tenha acesso ao protocolo, e que, conforme Gisele mencionou, atualmente não há esse retorno disponível.

Aline também comentou sobre as solicitações de abordagens pelo PopRua, ressaltando que não se tem retorno adequado. Ela explicou o funcionamento do processo, esclarecendo que, ao entrar em contato com o SP156, as solicitações são direcionadas para as equipes de abordagem de acordo com o território da solicitação. Por exemplo, caso a solicitação seja feita na região da Sé, a equipe responsável seria o SEAS Sé.

Destacou que uma solicitação feita através do SP156 não significa que uma vaga de acolhimento esteja sendo solicitada, mas sim uma solicitação de abordagem social nos núcleos das regiões atendidas. Aline também reconheceu o que Gisele trouxe à tona é uma realidade, e que existem algumas tipologias com famílias e serviços que enfrentam a falta de vagas no município.

Adicionalmente, Aline esclareceu que, no caso das vagas masculinas, elas não estão sob a gestão da CPAS, sendo, portanto, não solicitadas por meio de formulários. A gestão dessas vagas é responsabilidade do Centro Pop, e caso o centro não tenha disponibilidade, a solicitação será encaminhada para o CREAS. As vagas específicas estão centralizadas na Central de Vagas, e para ter acesso, o usuário precisa se deslocar até um Centro Pop ou Centro de Convivência.

Gisele questionou Aline sobre a situação das Vilas Reencontros e o processo de alocação de vagas, bem como as entrevistas realizadas. Ela expressou preocupação sobre o atual cenário, afirmando que a organização referente às vagas está bastante desestruturada.

Aline respondeu, mencionando que o processo da Vila Reencontro está em andamento e destacou a proposta de ampliar o perfil para atender mais famílias e pessoas em situação de rua, muitas das quais se encontram nesta condição há anos.

Adriana Ribeiro deu início à sua fala, abordando a questão da central de vagas da CPAS e relatou a situação da Vila Reencontro do Pari. Ela informou que, em média, três casos de abordagem da Praça do Patriarca, localizada no Centro, foram direcionados para o serviço de acolhimento. Adriana enfatizou a necessidade de acompanhamento especializado para as famílias atendidas, especialmente em casos de uso de álcool e outras substâncias. Ela ressaltou que existem diversos perfis de famílias atendidas, e o acompanhamento é imprescindível, tanto por conta do uso de substâncias quanto pela interação com outras pessoas que utilizam os serviços. Adriana sugeriu que a SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social) deveria contar com uma equipe especializada, com foco na redução de danos, para evitar o descaso e melhorar os resultados. Ela pediu atenção especial à Vila Reencontro do Pari.

Cleiton Ferreira, por sua vez, iniciou sua fala destacando a importância da redução de danos e do cuidado e acesso às famílias. Mencionou que a relação entre os profissionais e as famílias está precária, especialmente no que diz respeito à abordagem. Cleiton afirmou que é necessária uma retomada das atividades e rotinas, com foco no encaminhamento das famílias e no cuidado para reduzir o uso de substâncias. Ele sugeriu a implementação de formações e rodas de conversa, tanto para os usuários do espaço quanto para os profissionais, a fim de garantir um melhor acesso às informações.

Gisele relatou o abandono da estrutura das Vilas Reencontros e a falta de organização. Ela reconheceu que existem profissionais atuando nas áreas de assistência e psicologia, mas enfatizou que isso não resolve os problemas de forma eficaz. Gisele afirmou que falta autonomia nas Vilas, pois os moradores não têm

controle sobre sua alimentação e não podem sair quando desejam. Afirmou que o projeto das Vilas Reencontros está em situação de abandono. Além disso, destacou que os profissionais são bem remunerados, mas a fiscalização é insuficiente, não apenas nas Vilas, mas também em outros equipamentos como hotéis sociais. Gisele também mencionou a aprovação da PL247 (Proposta de Lei), destacando o abaixo-assinado promovido pelo movimento, por Adriana e Darcy, para obter explicações sobre a PL que foi aprovada. Ela afirmou que, caso houvesse uma escuta qualificada, a situação das Vilas seria bem diferente.

Adriana retomou a palavra, reforçando a necessidade de acompanhamento especializado na região da Vila Reencontro do Pari. Ela observou que a equipe local não está preparada para realizar as abordagens necessárias e mencionou que, em frente ao local, ficam usuários de substâncias, e as pessoas transferidas para o serviço não se afastam do local onde ocorrem, diariamente, casos de uso de entorpecentes. Adriana também destacou o descaso com relação às crianças, mencionando que está cuidando de uma criança cuja mãe afirmou estar cuidando dela, porém, na prática isso não ocorre. Ela solicitou auxílio e sugeriu que o núcleo "É DE LEI" vá até a Vila Reencontro do Pari para realizar uma roda de conversa e promover um melhor entendimento sobre a temática.

Aline retornou ao diálogo buscando compreender melhor o processo relacionado à Vila Reencontro. Ela informou que trabalha na coordenação de proteção social e destacou que seu trabalho tem uma abordagem mais técnica. Aline explicou que o Programa Reencontro é uma iniciativa governamental e que há um processo de registros e anotações necessário para obter um retorno. Ela afirmou que se empenhará em entender a situação e estabelecer um diálogo com a NDS (Núcleo de Desenvolvimento Social) e com os órgãos responsáveis por cada local.

Aline informa que é interessante ter o contato com UBS e o CAPS.

Adriana a reponde e informa que o CAPS nunca apareceu no núcleo, mas que a UBS os atende.

Gisele solicitou a palavra e destacou que a NDS (Núcleo de Desenvolvimento Social) nunca aparece, ou só é vista em inaugurações e entrevistas, o que, segundo ela, não pode ser o padrão. Reconheceu que nem tudo é perfeito, mas mencionou que as Vilas Reencontros, no que diz respeito ao tratamento de usuários de substâncias, estão em estado de abandono. Gisele também informou que haviam dito que existe um curso de capacitação, mas até o momento não foi oferecido nada além de relatórios. Ressaltou que é necessário haver uma escuta mais atenta e um maior entendimento por parte das autoridades em relação à população em situação de rua.

Ela falou ainda sobre a autonomia dos usuários, mencionando que as refeições são servidas em horários determinados, com regras rígidas sobre a entrada e saída, o que, segundo ela, compromete o conceito de autonomia. Ela frisou que é imprescindível uma escuta mais especializada para entender as necessidades dessas pessoas. Gisele também mencionou que, embora existam encaminhamentos para o atendimento de pessoas usuárias de substâncias, o local mais próximo de atendimento funciona apenas de segunda a sexta-feira, quando, na sua opinião, o atendimento deveria ser disponível 24 horas por dia. Ela relatou ainda o caso de um atendimento que levou um mês para ser realizado, envolvendo assistentes sociais. Gisele concluiu sua fala afirmando que está faltando empatia e um olhar mais humano para a população em situação de rua, sendo necessária uma atenção mais profunda a essa questão. Informou também que, recentemente, participou de uma sessão na câmara, onde votaram favoravelmente ao projeto 247, mas lamentou que um outro vereador foi quem explicou o conteúdo do projeto, o que considera um absurdo, visto que quem sofre com as consequências das votações e aprovações são as pessoas em situação de

vulnerabilidade.

Allan Pozzi, por sua vez, iniciou sua fala questionando sobre o atendimento do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), que, segundo ele, só acontece em dias úteis, o que caracteriza um descaso com a população. Ele apontou que a comunicação com o SP156, serviço de atendimento, torna-se difícil para a população em situação de rua, pois nem todos têm acesso a telefones móveis e, com o desaparecimento dos telefones fixos nas ruas, a comunicação fica ainda mais difícil. Allan também questionou a questão dos bilhetes únicos, mas foi interrompido durante sua fala por alguém próximo ao mesmo e decidiu por não mais falar na reunião.

Karen Fernanda, por sua vez, retomou a palavra, informou que a equipe está em processo interno e que um e-mail foi enviado solicitando dados dos conselheiros para que pudessem prosseguir com o pedido de bilhetes únicos e/ou quotas para recargas, conforme direito de cada conselheiro.

Adriana, também solicitando a palavra, expressou sua preocupação com a forma como o atendimento aos usuários é realizado, afirmando que o processo é complicado. Segundo ela, os encaminhamentos são feitos, mas, após a liberação, os usuários acabam retornando aos locais onde conseguem entorpecentes, e não aos lugares para os quais foram encaminhados. Ela enfatizou que essa situação precisa mudar.

Allan Pozzi novamente solicitou a fala e mencionou que, em alguns casos, foi solicitado o atendimento pelo SP156 devido ao sumiço de quatro moradores de rua, mas não houve a atenção necessária. Ele relatou ainda casos de maus-tratos a pessoas em situação de rua e destacou que, sem essa população, não haveria necessidade de CAPS, Conselho Tutelar ou Assistentes Sociais. Allan também fez menção ao "Chá do Padre", indicando a falta de higiene, e alerta que a zeladoria urbana deveria ser mais eficaz em termos de limpeza. Além disso, citou o exemplo do Porto Seguro, onde as pessoas são tratadas com dignidade e respeito, e relatou um incidente no Bom Prato, quando uma dipirona foi negada a um morador de rua. Allan pediu apoio dos direitos humanos para a população em situação de rua, enfatizando a importância de tratar essas pessoas com dignidade.

Gisele retomou a palavra e falou sobre as reuniões realizadas e sobre a aprovação da PL 247. Ela afirmou que quem aprovou a lei não escutou o Comitê ou os conselheiros, e que não há estrutura suficiente para entender como as coisas realmente funcionam, especialmente no que diz respeito aos locais onde os moradores de rua estão sendo abrigados. Gisele também observou que a maioria da população não sabe o que foi colocado dentro da PL. Ela propôs que fosse realizada uma reunião para discutir os pontos da PL 247 e esclarecer o motivo pelo qual ela foi autorizada.

Allan Pozzi, por sua vez, afirmou que o auxílio-reencontro está indo por água abaixo, e que tanto a Diagonal quanto a NDS não estão cumprindo com suas responsabilidades. Ele mencionou a falta de atenção por parte desses órgãos e disse que a justificativa de que os moradores não estão aceitando os serviços oferecidos está equivocada. Allan também relata a questão da creche noturna, afirmando que nunca tinha ouvido falar sobre esse serviço, mas que havia conhecimento sobre a feira, e não sobre a creche. Ele também afirmou que não está mais de acordo com o auxílio-reencontro e com a oferta de aluguel social, sugerindo que uma parceria seria mais adequada. Ele destacou que muitas pessoas em situação de rua desejam deixar o uso de entorpecentes e retornar à sociedade, mas que não estão recebendo o apoio necessário para isso. Allan sugeriu uma parceria com a COHAB e a CEAB para ajudar na reintegração dessas pessoas.

Cleiton Ferreira, por sua vez, trouxe a reflexão de que o auxílio poderia ser direcionado diretamente para os beneficiários, proporcionando-lhes maior autonomia e contribuindo para a redução da dependência assistencialista.

Gisele respondeu a Cleiton, esclarecendo que conversou com a coordenação sobre a PL 247 e sobre o auxílio-aluguel. Ela explicou que, de acordo com o decreto, o contrato de locação social seria de dois anos, e que, conforme uma reportagem com o Sr. Carlos Bezerra e o prefeito, os moradores da Vila Reencontro permaneceriam no local por dois anos, após o que seriam transferidos para uma locação social. Gisele reforçou que a locação social deveria ser garantida como parte do processo de auxílio, principalmente em função do valor do aluguel.

Allan retomou a fala, pedindo às pessoas que estão à frente da direção dos programas e aos órgãos de direitos humanos, ouvidoria e defensoria pública que se engajem na luta pelos direitos da população em situação de vulnerabilidade. Ele destacou a importância da autonomia e pediu que esses órgãos ajam de forma célere para apoiar a população, incluindo a viabilização de locações sociais. Allan finalizou lembrando que sua fala também envolvia a questão da zeladoria urbana.

A reunião foi encerrada por Karen Fernanda, que também disponibilizou o link para acesso ao relatório de zeladoria apresentado pela SMADS.



Alcyr Barbin Neto
Coordenador(a) I
Em 16/01/2025, às 18:29.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **117900707** e o código CRC **4158FB29**.
